



Número: **0801527-87.2019.8.15.0391**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Teixeira**

Última distribuição : **30/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
G. D. D. S. (AUTOR)		VANESSA SAMARA FERREIRA LEANDRO (ADVOGADO)	
AVANIA DOMINGOS DE LIMA (REPRESENTANTE)		VANESSA SAMARA FERREIRA LEANDRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27282105	30/12/2019 18:02	Petição Inicial	Petição Inicial
27282106	30/12/2019 18:02	1 ATOS PROCURATORIOS	Procuração
27282107	30/12/2019 18:02	2 IDENTIFICAÇÃO CIVIL VITIMA	Documento de Identificação
27282108	30/12/2019 18:02	2. REPRESENTANTE LEGAL	Documento de Identificação
27282109	30/12/2019 18:02	3 COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Outros Documentos
27282110	30/12/2019 18:02	4 BOLETIM DE OCORRENCIA	Outros Documentos
27282112	30/12/2019 18:02	5 DOCUMENTAÇÃO MEDICO HOSPITALAR	Outros Documentos
27282113	30/12/2019 18:02	7 EXTRATO DE PAGAMENTO	Outros Documentos
28160485	11/02/2020 10:34	Despacho	Despacho
29398113	25/03/2020 14:30	Despacho	Despacho

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE TEIXEIRA- PARAIBA.

GRAZIELLE DOMINGOS DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, portador do documento RG de nº 4734399 SDS/PB e CPF de nº 70819022438, neste ato sendo assistida por sua genitora a Sra. **AVÂNIA DOMINGOS DE LIMA**, brasileira, solteira, do lar, portador do documento RG de nº 55257839-3 SDS/PB e CPF de nº 06015036435, residente e domiciliado na Rua Severino Mota Diniz, SN, Bairro Centro, cidade de Matureia, CEP 58737-000, Estado da Paraíba, por seu advogado *in fine* assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº. 6.194/74 com as alterações trazidas pela Lei nº. 11.482/07 c/c o art. 319 do NCPC/2015, propor a presente **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita sob o CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na pessoa de seu responsável, com endereço na RUA SENADOR DANTAS Nº 74, 5ºANDAR - CENTRO RIO DE JANEIRO - RJ, CEP. 20031205- Fone: (021) 3861-4600 - FAX: 2240-9073, com endereço eletrônico www.seguradoralider.com.br, devendo ser regularmente citada para responder aos fundamentos fáticos e jurídicos expostos a seguir:

PRELIMINARMENTE:

-

DA GRATUIDADE PROCESSUAL:



O(a) promovente em face da impossibilidade de arcar com custas e gastos processuais vem requerer a **CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA.**

Determina a lei nº 1.060/50, que fará jus ao referido benefício àquele que não possuir condições financeiras suficientes para arcar com os gastos inerentes ao processo sem causar prejuízos ao seu sustento e da sua família.

Os custos e as demais despesas processuais latentes ao processo não podem ser suportados pelo promovente, sem, contudo, causar-lhe prejuízos e dificuldades na sua manutenção e sobrevivência.

A lei nº 1.060/50 é considerada medida especial, criada com o derradeiro fim de possibilitar que todos possam ter acesso efetivo ao Poder Judiciário, efetivando o comando constitucional descrito no artigo no artigo 5º, XXXV da Carta Magna.

Outrossim, tal ato normativo condiciona a concessão do respectivo benefício a simples Declaração subscrita pelo próprio beneficiário da impossibilidade de suportar o acúmulo das despesas processuais com aquelas despendidas em seu sustento.

Por isso, requer o autor, que seja concedido o pedido de **JUSTIÇA GRATUITA**, uma vez que carece de recursos que possibilitem cumular os gastos processuais com o seu sustento, como declarado no documento em anexo.

DOS FATOS

-

Consoante comprova a inclusa documentação, a parte Autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **17/12/2018**, o que lhe causou, **PERDA ANATÔMICA E FUNCIONAL COMPLETA DE UM DOS MEMBROS INFERIORES, ACARRETANDO-LHE SEQUELAS PERMANENTES**, como demonstra a documentação médica em anexo.

Registre-se que a autora postulou administrativamente o recebimento do seguro DPVAT, sinistro registrado sob o nº **3190225625**, obtendo pagamento parcial no valor de **R\$ 2.362,50 (Dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** restando à parte autora o direito da diferença de **R\$ 11.137,50 (Onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos).**



Consubstanciado a isso e pela análise das provas, não dúvida quanto ao fato, bem como suas consequências e o nexo causal que as une, pois esta documentalmente provada a lesão sofrida e a sua extensão. Outrossim, **o pagamento administrativo vale confissão tácita dos fatos e do direito** do requerente face ao Seguro, relevante assim o **nexo causal do conflito**.

DO DIREITO

DA POSSIBILIDADE DO PEDIDO DA DIFERENÇA PAGA PELO SEGURO DPVAT

A questão vertente exige a exegese da norma constante dos artigos 3º e 5º da Lei 6.194/74, com as atualizações da Lei 11.945/09, pelo qual se depreende de modo inequívoco, havendo INVALIDEZ PERMANENTE, o valor da indenização deve ser de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser paga de acordo com o real grau de invalidez da vítima, que deverá ser através de perícia médica, que ora requer a parte autora.

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares**, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - em caso de morte ou **invalidez permanente**; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).*

(...)

Art.. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;



b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

§ 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente.

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora (...)

Dessa forma, **restando comprovado o acidente de trânsito e as sequelas oriundas deste, faz jus a parte autora** ao recebimento do SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ, NO VALOR DE ATÉ R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

-

DA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO DO IML COM A PETIÇÃO INICIAL – INSTRUÇÃO PROBATÓRIA

-

A fim de garantir o princípio da celeridade processual, vale-nos ressaltar, de antemão, que a Lei 6.194/74 NÃO atribuiu ao laudo do Instituto Médico Legal (IML) o caráter de documento indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro DPVAT nos casos de invalidez. Segundo o normatizado em seu art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A toda prova, tal verificação pode ser feita por perícia médica a ser realizada na fase de instrução. Na verdade, os documentos indispensáveis de que trata o art. 320 CPC devem ser entendidos apenas como aqueles necessários para a ação possa validamente ser proposta, sob o aspecto formal, não se confundindo com a atividade probatória, voltada a prova dos fatos alegados, que é atinente ao aspecto material.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA QUE PERMEIA A EMPRESA-RÉ:



-

Conforme determina a lei nº 6.194/74 com as suas modificações dadas pela nova Lei nº. 11.482/07, o pagamento do DPVAT poderá ser efetuado junto a quaisquer umas das seguradoras que façam parte do Consórcio das Seguradoras, coordenada pela FENASEG, instituída pela Resolução 1/75 do CNPS.

Desse modo tem-se que a promovida figura neste rol de empresas, e assim possui legitimidade para figurar no rol de devedoras. Outro não é o entendimento exarado por nossos Tribunais, *in verbis*:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE AUTOMÓVEIS – DPVAT – *As seguradoras privadas, integrantes do consórcio instituído pela Resolução 1/75 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e revigorado pela Lei nº 8.441/92, são responsáveis não só pelas indenizações por morte e invalidez permanente, como pelas despesas médico-hospitalares em caso de ferimento das vítimas, não estando desobrigadas de indenização nesses casos por efeito dos artigos 7º e 27 das Leis nºs. 7.604/87 e 8.212/91, respectivamente.*

A destinação à seguridade social por efeito dessas leis, parte dos prêmios dos seguros obrigatórios, tem em vista apenas o custeio da assistência médico-hospitalar em estabelecimentos mantidos ou conveniados com a previdência social, dispensada esta, assim, do ônus de cobrar-se de tais despesas caso a caso das seguradoras, cobertos que são seus dispêndios da espécie com a aludida participação de uma parcela dos prêmios.

Direito do segurado ou seu sub-rogado de cobrar-se de tais gastos de qualquer das seguradoras integrantes do consórcio. Falta de impugnação específica dos custos de cada atendimento, torna-os presumidamente corretos (CPC, art. 302) Apelo desprovido. (TJSC – AC 47.951 – 4º C. Civil – Rel. Des. João José Schaefer – DJSC 05.04.95) IN: CD-Ron júris síntese. – Destaque nosso -

Ademais, veja-se o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA. FINALIDADE DO VEÍCULO. IRRELEVÂNCIA. *Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso trona-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01) – Destaque nosso –*

Ocorre que, as seguradoras exploradoras do seguro DPVAT, embora a existência de todo o amplo acervo de determinações constantes em lei, tendem a dificultar o pagamento e o resgate dos referidos valores, ao passo que o direito líquido e certo dos segurados encontram barreiras mantidas pela ampla estrutura e logística que envolvem tais empresas.



Pois bem, Excelência, a Promovente junta a presente demanda, toda a documentação exigida pela nossa legislação processual e demais documentos que comprovam a ocorrência do sinistro e sua posição legítima na relação, entretanto adstrito a facilidade que dispõe a lei procura a parte ré dificultar o pagamento e o adimplemento do seu dever de órgão segurador.

Assim, a liquidação do dito Seguro Obrigatório nas vias administrativas, referente ao exercício do acidente, tendem a ser procrastinado através do uso de invólucros e regras que afastam o sentido garantidor e célere presente na *legis*, restando o Poder Judiciário como único meio para a reivindicação e o adimplemento dos ditos valores possam efetivamente serem realizados.

Por tudo isso, vem o promovente, a este Douto Juízo a fim de ver adimplido o seu pleito, demonstrando ser pessoa legítima a figurar na relação que aqui se inicia, além de igualmente comprovar ser a parte ré, legítima devedora, de modo que todos os elementos que vislumbram a quitação do Seguro DPVAT, restaram todos comprovados restando assim o seu adimplemento como medida que se mostra legítima e extremamente necessária.

DOS PEDIDOS

-

EX POSITIS, requer a total procedência da presente ação para condenar a empresa demandada no pagamento da **R\$ 11.137,50 (Onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos)** Aremanescente à título de Seguro Obrigatório-DPVAT, compreendendo o teto legalmente estabelecido, haja vista não serem proporcionais à invalidez resultante do sinistro.

Requer também, caso julgue necessário, a designação da perícia médica para a fim de investigar a existência da invalidez permanente, bem como, a gravidade da lesão sofrida pela autora em cotejo com a tabela constante no anexo incluído pela Lei nº. 11.945/2009.

Que seja apresentado por parte da Seguradora demandada, cópia integral do processo administrativo na íntegra, sob pena de cominação de multa diária.



E, ainda, a aplicação de juros e correção monetária, a partir do evento danoso, bem como, a condenação da demandada no pagamento dos honorários advocatícios na ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor da esperada condenação.

\

REQUERIMENTOS FINAIS

A parte autora requer que lhe sejam concedidos os benefícios da gratuidade da justiça, diante da sua manifesta insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais, os honorários advocatícios e periciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, motivo pelo qual tais despesas merecem ser dispensadas nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC (Lei nº. 13.105/2015) e da Lei nº. 1.060/50.

Por mera liberalidade, o(a) autor(a) opta pela realização da audiência de conciliação ou de mediação, não se opondo à composição amigável da presente lide, nos termos do art. 319, inc. "VII" do NCPC, requerendo desde já a citação da empresa ré para comparecer na data e hora designadas e, não havendo auto composição, apresente sua contestação no prazo legalmente determinado sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, e necessários, notadamente, através de novos documentos, além do depoimento pessoal das partes, perícia técnica e outros mais que vierem a surgir e que, desde já, ficam requeridos.

*Dá-se à causa o **R\$ 11.137,50 (Onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos).***

Nestes Termos,

Pede deferimento.



Patos – PB, 12/12/2019.

VANESSA SAMARA FERREIRA LEANDRO

OAB/PB 24.411

QUESITOS DA PARTE AUTORA:

A parte autora sofreu algum(s) tipo(s) de fratura?

Em caso positivo, queira informar se desta(s) gerou debilidade permanente?

Apresenta limitação dos movimentos do(s) membro(s) fratura(s)?

Apresenta limitação funcional do(s) membros afetado(s)?

Sofreu debilidade permanente? Sofreu deformidade permanente?

A parte autora sofreu incapacidade para o trabalho?

Queira o i. *expert* acrescentar o que entender devido.





LEANDRO E DIAS
ADVOGADOS
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: GRAZIELE DOMINGOS DA SILVA, brasileiro(a),
portador do documento RG nº 4734399 e CPF de nº
708.190.224-38, residente e domiciliado na Rua
Severino Neto Diniz, S/N, Bairro
embo, cidade de matineio, CEP
58737-000, Estado PB.

OUTORGADO: Vanessa Samara Ferreira Leandro, brasileira, casada, inscrita na Ordem dos Advogados sob o nº 24.411, Paraíba, e Paulo Cesar Costa Dias, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados sob nº 22.523-B, Paraíba, com Escritório Profissional na Rua Rui Barbosa, S/N, Milindra II, sala 204 2º andar, Centro, Patos/PB, CEP: 58700-000.

Através do presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seu procurador o **OUTORGADO**, concedendo-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos os atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, conforme estabelecido no artigo 105 do Novo Código de Processo Civil. Requerer, solicitar e pegar junto ao Hospital _____, todos os prontuários, atestados, laudos e raio x, referente a minha entrada no referido instituto de Saúde.

Patos - Paraíba, 21 de Novembro, 2019.

Graziele Domingos da Silva

Representante LE GA C. Antônio Domingos de Lima

Dra. Vanessa Samara Ferreira Leandro
OAB/PB nº 24.411
(83) 9.9910-3948/ 9.9851- 1409

Dr. Paulo Cesar Costa Dias
OAB/PB nº 22-523-B
(83) 9.9996-5021





LEANDRO E DIAS
ADVOGADOS
DECLARAÇÃO

DECLARANTE: Grazielle Domingos da Silva, brasileiro(a),
solteira, Estudante, portador do documento RG nº
4734399 e CPF de nº 708.190.224-38, residente e
domiciliado na Rua Severino Neto Viniz, S/N,
Bairro centro, cidade de Monteiro,
CEP 58737-000, Estado PB.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA: Declaro nos termos da Lei nº. 7.115/83, perante este órgão judiciário, para o fim especial de obter a **GRATUIDADE DOS ATOS JUDICIAIS**, ser pessoa juridicamente pobre nos termos do § 4º do artigo 5º da lei nº 1.060/50, não podendo arcar com as despesas e encargos processuais sem prejuízo do seu sustento próprio e de sua família, em oportuno, assumo a responsabilidade por minhas afirmações tanto de pobreza como de residência, sujeitando-me às sanções civis e criminais previstas na legislação vigente em caso de falsidade do conteúdo desta declaração

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA: Declaro com base na Lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 que resido no endereço acima identificado. Declaro ainda ser conhecedor das sanções cíveis, administrativas e criminais a que estarei sujeito caso as informações prestadas não sejam estritamente a verdade

Patos - Paraíba, 27 de Novembro 2019.

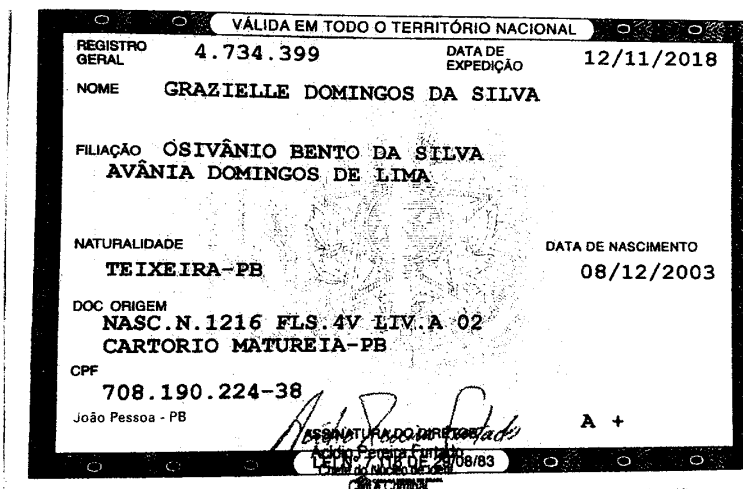
Grazielle Domingos da Silva

Representante Legal: Arânia Domingos de Lima

Dra. Vanessa Samara Ferreira Leandro
OAB/PB nº 24.411
(83) 9.9910-3948/ 9.9851- 1409

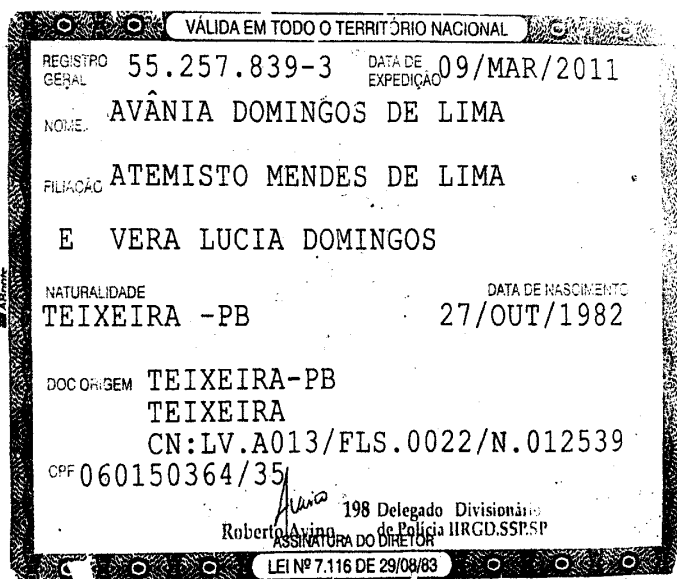
Dr. Paulo Cesar Costa Dias
OAB/PB nº 22-523-B
(83) 9.9996-5021





25 MAR. 2019





25 MAR. 2019

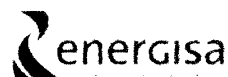


DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal

Documento não é segunda via do boleto

Para pagar a sua conta acesse www.energisa.com.br ou ligue 0800-022.239.302



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-580
CNPJ 08.085.183 / 0001-40 - Insc. Est. 16.016.823-0

DADOS DO CLIENTE

OSIVANIO BENTO DA SILVA
RUA SEVERINO MOTA DINIZ S/N
MATUREIA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1705526-0

REFERÊNCIA

MAR/2019

APRESENTAÇÃO

21/03/2019

CONSUMO

56

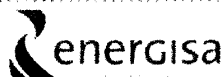
VENCIMENTO

28/03/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 54,26

Acesse www.energisa.com.br



OSIVANIO BENTO DA SILVA

Roteiro: 13-134-210-1912

83620000000-5 54260054000-0 17055262019-8 03200134019-2

VENCIMENTO

28/03/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 54,26

MATRÍCULA

1705526-2019- 03-2



25 MAR. 2019



Assinado eletronicamente por: VANESSA SAMARA FERREIRA LEANDRO - 30/12/2019 18:01:50
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19123018014764800000026332779>
Número do documento: 19123018014764800000026332779

Num. 27282109 - Pág. 1

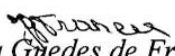


CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de requerimento verbal da pessoa interessada, que encontra-se registrada a Ocorrência Policial **019/2019** cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de Dois Mil e Dezenove, nesta cidade de Teixeira/ PB, na Delegacia de Polícia Civil , sob a Responsabilidade do Bel. WENDER GOMES BORGES DE ARAÚJO, e comigo escrevã do seu cargo ao final assinado. Aí Compareceu AVÂNIA DOMINGOS DE LIMA, brasileira, natural de Teixeira/PB, nascida em 27/10/1982, filha de Atemisto Mendes de Lima e de Vera Lucia Domingos, residente na rua Severino Mota Diniz s/nº- Maturéia-PB, portadora do RG nº 55.257.893-3 SSP/SP, para prestar a seguinte ocorrência QUE: 17/12/2018 por volta das 16:00 horas, conduzia a motocicleta Honda POP 100, ano de fabricação e modelo 2013, placa OGA5916/PB, chassi 9C2HB0210DR435200, licenciada em nome de Elimare Costa Rodrigues, levando como passageira sua filha GRAZIELLE DOMINGOS DA SILVA, brasileira, natural de Teixeira/PB, nascida aos 08/12/2003, solteira, filha de Osivânio Bento da Silva e da noticiante com quem reside, portadora do RG nº 4.734.399 SSP/PB; QUE trafegavam por uma estrada de terra pelo Sítio Pedra D'Água, zona rural de Maturéia/PB, quando a motocicleta derrapou e ao cair atingiu a perna de GRAZIELLE DOMINGOS DA SILVA, causando fratura no fêmur da perna direita; QUE, foi socorrida pela ambulância do município de Maturéia/PB e encaminhada ao Hospital Regional de Patos/PB, onde passou por cirurgia; QUE a noticiante não sofreu nenhum ferimento . Nada mais foi Registrado. **TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL**, referente ao Registro da Ocorrência supra, que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. – Falsidade Ideológica – Pena: Reclusão de 1 a 5 (cinco) anos).-

Maturéia, 19 de março de 2019

NOTIFICANTE: Avania Domingos de Lima


Janduilma Guedes de França
Escrivã de polícia.
Mat.139.419-3

25 MAR. 2019



FICHA DE INTERNAÇÃO

INTERNAÇÃO	22143	PRONTUÁRIO	13536
DATA	17/12/2018	HORA	20:40
OCORRÊNCIA	URGENCIA	OPERADOR	MCARMO
CLASSIF. RISCO			
ORIGEM	PRÓPRIA RESIDENCIA		
MÉDICO	SESIOM QUIRINO WANDERLEY		
MOTIVO	ACIDENTE DE TRANSITO MOTOCICLETA		
PACIENTE	GRAZIELLE DOMINGOS DA SILVA	IDADE	15a 0m GÊNERO FEMININO
FILIAÇÃO I	AVANIA DOMINGOS DE LIMA		
FILIAÇÃO II	OSIVANIO BENTO DA SILVA		
CIDADE	MATUREIA PB 58737000		
ENDEREÇO	RUA SEVERINO MOTA DINIZ S/N		
BAIRRO	BELA VISTA		
NATURALIDADE	TEIXEIRA		
TELEFONE	8381882278	CELULAR	
J.N.S.	898000763889204	IDENTIDADE	4.734.399
C.P.F.	708.190.224-38	REG. NAC.	
NASCIMENTO	08/12/2003	COR	PARDO
EST.CIVIL	SOLTEIRO	PROFISSÃO	ESTUDANTE

RESPONSÁVEL AVANIA DOMINGOS DE LIMA Ass. Resp./Paciente Avania Domingos de Lima

ANAMNESE (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários).

Menor 15 anos, vítima de acidente de motocicleta com fraturas em MID, com fraturas de fêmur.

EXAMES OBJETIVOS (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos).

Dor + edema

EXAMES COMPLEMENTARES (Raio X, laboratoriais) *Raio X*

DIAGNÓSTICO *Fract. diafisária de fêmur.* CID _____

DADOS DA SAÍDA

MOTIVO

() Alta Curado () Alta Melhorado () Alta a Pedido
() Transferência () Evasão () Óbito

25 MAR. 2019

MÉDICO/CRM





GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMPLEXO HOSPITALAR REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: GUEGLIO DOMINGOS DA SILVA		Nº prontuário
Data da Cirurgia 21/03/19	Enf.	Leito
Cirurgião Dr. F. S. S. S. S.	1º Auxiliar Dr. W. S. S.	
Anestesista Dr. T. S. S.	Tipo de Anestesia MACULOSIDADE	
Diagnóstico Pré-Operatório EDIUM NITROSO FEMUR DIREITO		
Tipo de Cirurgia CISTOSTOMIA FEMUR DIREITO		
Diagnóstico Pós Operatório EDIUM		
Relatório Imediato do Patologista NAO		
Exame Radiológico no Ato NAO		
Acidente Durante a Cirurgia		
NAO		

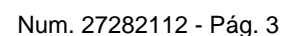
DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspectos Visceras
1. PACIENTE COM DOENÇA DE FEMUR DIREITO
2. ANESTESIA GERAL
3. CIRURGIA EM POSICAO SUPINA
4. VIA DE ACESSO UMBILICAL AO FEMUR DIREITO SUBVASCULAR
5. DESGASTE CORTADO E CISTOSTOMIA FEMUR DIREITO EM POSICAO DE ACESSO DAS VASAS E PNEUMOS CISTOSTOMIA
6. CISTOSTOMIA DE FEMUR DIREITO
7. SUTURA COM FIO
8. CURATIVO


25 MAR. 2019



25 MAR. 2019.



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE Graciele Dominyas da Silva						GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE  HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO
LEITO	CONVÊNIO	IDADE 15	REGISTRO 13536			
CIRURGIA Exat. Ovarianectomia femur. O		CIRURGIÃO Pablo de Spier				
ANESTESIA Raqui		ANESTESISTA Tavio				
INSTRUMENTADORA Thiago	DATA 27/4/18	TEMPO 12h 10 min	FEH 13 AC			

MATERIAL

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
	TX. de Instrumentador		Equipo p/ soro e sangue
	TX. Capnógrafo		Scalp SP 0,9-1
	TX. Bomba de Infusão		Luvras Est. p/ Procedimentos
	TX. Aplicação de Sangue		Lâmina de Bisturi
	TX. Monitor Córdio-Respirador		Sonda de Foley
	TX. de Laser		Coletor de Urina
	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de Instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
	TX. Sala		Seringa 5 ml
	TX. Bisturi Elétrico		Seringa 10 ml
	TX. Aspirador Elétrico		Seringa 20 ml
	TX. Oxímetro de Pulso		Eletrodos desc.
	Neocain		Atadura de Crepom 10cm
	Halotano		Atadura de Crepom 20cm
	Thionembutal		Atadura Gessada 10cm
	Quelicin		Sonda Uretral
	Pavulon Midazolam		Sonda Nasogástrica
	Dominid		Éter Sulfúrico
	Fentanil 0,05mg		Dreno Penrose
	Xilostesin a 5%		Dreno Sucção
	Inoval		Dreno de Tórax
	Xilocaina a 2%		Esparradrapo
	Etodimide		Xilocaina Gel
	Ketalar		Álcool 70%
	Pubicovaina 0,5%		PVPi Tintura
	Dimorf		Gases
	Lanexat 0,5ml		Algodão Hidrófilo
	Narcan		Algodão Ortopédico
	Forane		Cidex
	Sufenta		Vaselina Estéril
	Diazepam		Aguilha descartável
	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmine		Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1 c/ agulha
	Efortil		Fio Cromado 1 s/ agulha
	Cefalotina 15g		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
	Dixtal		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Plasil		Cat-gut simples 0 c/ agulha
	Dipirona		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Esparin 5000 Vi		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
	Tilatil		Cat-gut simples 2-0 s/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
	Aguilha de Raque Descartável		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
	Abbotate 20 e 22		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 2-0 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Polycot 3-0 s/ agulha		Prolene 2-0 c/ agulha
	Prolene 0 c/ agulha		

2 Nylon

25 MAR. 2019





PEDIDO DE VENDAS

Nº

☐ Caixa Pronta

☐ Caixa Fixa

NF N°

Prontuário

Prontuário:

Hospital

Hospital	
----------	--

Vendedor

Vendedor

Paciente

Paciente

Time	Temperature	Pressure	Flow Rate	Concentration	Humidity	Light Intensity	Sound Level	Vibration	Electromagnetic Interference	Other Parameters
0:00	25.0	101.3	1.0	0.1	50.0	100.0	40.0	0.1	0.0	
0:15	25.5	101.5	1.1	0.2	51.0	105.0	42.0	0.2	0.1	
0:30	26.0	101.7	1.2	0.3	52.0	110.0	44.0	0.3	0.2	
0:45	26.5	101.9	1.3	0.4	53.0	115.0	46.0	0.4	0.3	
1:00	27.0	102.1	1.4	0.5	54.0	120.0	48.0	0.5	0.4	
1:15	27.5	102.3	1.5	0.6	55.0	125.0	50.0	0.6	0.5	
1:30	28.0	102.5	1.6	0.7	56.0	130.0	52.0	0.7	0.6	
1:45	28.5	102.7	1.7	0.8	57.0	135.0	54.0	0.8	0.7	
2:00	29.0	102.9	1.8	0.9	58.0	140.0	56.0	0.9	0.8	
2:15	29.5	103.1	1.9	1.0	59.0	145.0	58.0	1.0	0.9	
2:30	30.0	103.3	2.0	1.1	60.0	150.0	60.0	1.1	1.0	
2:45	30.5	103.5	2.1	1.2	61.0	155.0	62.0	1.2	1.1	
3:00	31.0	103.7	2.2	1.3	62.0	160.0	64.0	1.3	1.2	
3:15	31.5	103.9	2.3	1.4	63.0	165.0	66.0	1.4	1.3	
3:30	32.0	104.1	2.4	1.5	64.0	170.0	68.0	1.5	1.4	
3:45	32.5	104.3	2.5	1.6	65.0	175.0	70.0	1.6	1.5	
4:00	33.0	104.5	2.6	1.7	66.0	180.0	72.0	1.7	1.6	
4:15	33.5	104.7	2.7	1.8	67.0	185.0	74.0	1.8	1.7	
4:30	34.0	104.9	2.8	1.9	68.0	190.0	76.0	1.9	1.8	
4:45	34.5	105.1	2.9	2.0	69.0	195.0	78.0	2.0	1.9	
5:00	35.0	105.3	3.0	2.1	70.0	200.0	80.0	2.1	2.0	
5:15	35.5	105.5	3.1	2.2	71.0	205.0	82.0	2.2	2.1	
5:30	36.0	105.7	3.2	2.3	72.0	210.0	84.0	2.3	2.2	
5:45	36.5	105.9	3.3	2.4	73.0	215.0	86.0	2.4	2.3	
6:00	37.0	106.1	3.4	2.5	74.0	220.0	88.0	2.5	2.4	
6:15	37.5	106.3	3.5	2.6	75.0	225.0	90.0	2.6	2.5	
6:30	38.0	106.5	3.6	2.7	76.0	230.0	92.0	2.7	2.6	
6:45	38.5	106.7	3.7	2.8	77.0	235.0	94.0	2.8	2.7	
7:00	39.0	106.9	3.8	2.9	78.0	240.0	96.0	2.9	2.8	
7:15	39.5	107.1	3.9	3.0	79.0	245.0	98.0	3.0	2.9	
7:30	40.0	107.3	4.0	3.1	80.0	250.0	100.0	3.1	3.0	
7:45	40.5	107.5	4.1	3.2	81.0	255.0	102.0	3.2	3.1	
8:00	41.0	107.7	4.2	3.3	82.0	260.0	104.0	3.3	3.2	
8:15	41.5	107.9	4.3	3.4	83.0	265.0	106.0	3.4	3.3	
8:30	42.0	108.1	4.4	3.5	84.0	270.0	108.0	3.5	3.4	
8:45	42.5	108.3	4.5	3.6	85.0	275.0	110.0	3.6	3.5	
9:00	43.0									

Data _____

Médico

Médico

Instrumentador

Instrumentador

Convênio

Convênio

Procedimento

[illegible]

QUANT.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	COD	V. UNIT.	V. TOTAL
--------	-----------------------	-----	----------	----------

0702030910

COND. DE PAGAMENTO

TOTAL

(

Rua José Isidrio da Silva, 24 - Bairro Timbi - Camaragibe/PE - CEP 54765-138

FONE: (81) 3129-2456

E-mail: cromusltda@gmail.com

CNPJ 14.784.339/0001-30 - Insc Estadual 0574749-07

25 MAR. 2019

Via Branca - Faturamento | 2ª Via Amarela - Hospital | 3ª Via Rosa - Comercial



Assinado eletronicamente por: VANESSA SAMARA FERREIRA LEANDRO - 30/12/2019 18:01:56

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19123018015329500000026332781>

Número do documento: 19123018015329500000026332781

Num. 27282112 - Pág. 5

RESUMO DE ALTA

Nº ATENDIMENTO 22143

DATA

17/12/2018

HORA

20:40

MÉDICO

SESIOM QUIRINO WANDERLEY

PRONTUÁRIO 13536

OPERADOR

MCARMO

PACIENTE

GRAZIELLE DOMINGOS DA SILVA

IDADE 15a 0m

RESUMO CLÍNICO:

Trauma no cotovelo

DIAGNÓSTICO:

Trauma do Fêmur

ID-10:

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Redução e Fixação

EVOLUÇÃO E INTERCORRÊNCIAS:

N.D.M.

ORIENTAÇÕES APÓS A ALTA:

- uso de antibiótico
- curativo preparado

CONDIÇÕES DE ALTA/TRANSFERÊNCIA

() Curado

(X) Melhorado

() Inalterado

() Óbito

DESTINO

() Residência

() Atendimento domiciliar

() Transferência para

PATOS/PB, 23 DE Agosto DE 2018.


[Assinatura]

25 MAR. 2019

MÉDICO/CRM



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE <u>Grazielle Domingos da Silva</u>					GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE  HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO
DT.	LEITO	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO	
		<u>SUS</u>	<u>45</u>	<u>13536</u>	
CIRURGIA <u>Tracão de MID</u>		CIRURGIÃO <u>Drº Sesion</u>			
ANESTESIA <u>Sedação</u>		ANESTESISTA <u>Drª Vandilma</u>			
INSTRUMENTADORA	DATA	HÓR	FM		
	<u>17/12/18</u>	<u>22h</u>	<u>22:20h</u>		

MATERIAL

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
	TX. de Instrumentador		Equipo p/ soro e sangue
	TX. Capnógrafo		Scalp <u>SP</u>
	TX. Bomba de Infusão		Luvras Est. p/ Procedimentos
	TX. Aplicação de Sangue		Lâmina de Bisturi
	TX. Monitor Córdio-Respirador		Sonda de Foley
	TX. de Laser		Coletor de Urina
	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de Instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
	TX. Sala		Seringa 5 ml
	TX. Bisturi Elétrico		Seringa 10 ml
	TX. Aspirador Elétrico		Seringa 20 ml
8	TX. Oxímetro de Pulso		Eletrodos desc.
	Neocain		Atadura de Crepom 10cm
	Halotano		Atadura de Crepom 20cm
	Thionembatal		Atadura Gessada 10cm
	Quelicin		Sonda Uretral
	Pavulon		Sonda Nasogástrica
	Dominid		Éter Sulfúrico
	Fentanyl 0,05mg		Dreno Penrose
	Xilestesin a 5%		Dreno Sucção
	Inoval		Dreno de Tórax
	Xilocaina a 2%		✓ Esparadrupo
	Etodimide		Xilocaina Gel
1	Ketalar	Y	Álcool 70%
	Pubicovaina 0,5%	Y	PVPi Tintura
	Dimorf		Gases
	Lanexat 0,5ml		Algodão Hidrófilo
	Narcan		Algodão Ortopédico
	Forane		Cidex
	Sufenta		Vaselina Estéril
	Diazepam		Agulha descartável
	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmine		Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1 c/ agulha
	Efortil		Fio Cromado 1 s/ agulha
1	Cefalotina 19g <u>Cefazoline</u>		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
	Dixtal		Fio Cromado 2-6 s/ agulha
	Plasil		Cat-gut simples 0 c/ agulha
	Dipirona		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Esparin 5000 VI		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
1	Tiletal		Cat-gut simples 2-6 s/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
	Agulha de Raque Descartável		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
	Abbocote 20 e 22		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 2-6 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Polycot 3-6 s/ agulha		Prolene 2-0 c/ agulha
	Prolene 0 c/ agulha		

Fio Kirshener 3.5

Monitore

25 MAR. 2019



Hospital Regional de Patos - RX

000003123320

65 %

ELs 82



Femur D. AP

17/Dez/2018 15:40:55

000000008253

GRAZIELLE DOMINGOS DA SILVA, *8/Dez/2003

RUA HORÁCIO NÓBREGA S/N- HOSPITAL REGIONAL DE PATOS - BELO HORIZONTE- PATOS /PB

25 MAR. 2019



8/102

Hospital Regional de Patos - RX

000000128998

59 %

El. s 48

D

Femur Lateral

21/Dez/2018 22:58:35

000000008253

GRAZIELLE DOMINGOS DA SILVA, *8/Dez/2003

RUA HORÁCIO NÓBREGA S/N- HOSPITAL REGIONAL DE PATOS BELO HORIZONTE- PATOS /PB

25 MAR. 2019





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 12 de Abril de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190225625

Vítima: GRAZIELLE DOMINGOS DA SILVA

Data do Acidente: 17/12/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), AVANIA DOMINGOS DE LIMA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 = R\$ 2.362,50

Recebedor: AVANIA DOMINGOS DE LIMA

Valor: R\$ 2.362,50

Banco: 104

Agência: 000000043

Conta: 00000138325-2

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



DESPACHO

Vistos *etc.*

Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

Observando-se que a matéria discutida nos presentes autos admite a autocomposição, mas, mesmo tendo a parte autora manifestado seu interesse na composição consensual, verifica-se que eventual conciliação só seria obtida após a produção da prova técnico-pericial, afigurando-se desnecessária (e mesmo desaconselhável, ineficiente (art. 37, *caput*, CF) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (art. 5º, LXXVII, CF)) a designação exclusiva de **audiência de conciliação**, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como **fase preliminar da própria audiência de instrução (art. 359, NCPC)**, motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo para a *ratio* conciliadora da novel codificação (art. 3º, § 3º, c/c art. 139, V, NCPC).

Cite-se a parte acionada para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, NCPC, devendo constar ainda do mandado ou carta, além dos requisitos do art. 250, NCPC, a ressalva do art. 344, NCPC, no sentido de que, “*se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor*”.

Cumpra-se.

Teixeira/PB, data e assinatura digitais.

Carlos Gustavo Guimarães Albergaria Barreto

Juiz de Direito



DESPACHO

Vistos *etc.*

Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

Observando-se que a matéria discutida nos presentes autos admite a autocomposição, mas, mesmo tendo a parte autora manifestado seu interesse na composição consensual, verifica-se que eventual conciliação só seria obtida após a produção da prova técnico-pericial, afigurando-se desnecessária (e mesmo desaconselhável, ineficiente (art. 37, *caput*, CF) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (art. 5º, LXXVII, CF)) a designação exclusiva de **audiência de conciliação**, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como **fase preliminar da própria audiência de instrução (art. 359, NCPC)**, motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo para a *ratio* conciliadora da novel codificação (art. 3º, § 3º, c/c art. 139, V, NCPC).

Cite-se a parte acionada para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, NCPC, devendo constar ainda do mandado ou carta, além dos requisitos do art. 250, NCPC, a ressalva do art. 344, NCPC, no sentido de que, “*se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor*”.

Cumpra-se.

Teixeira/PB, data e assinatura digitais.

Carlos Gustavo Guimarães Albergaria Barreto

Juiz de Direito

